

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	3
5.4 - Programa de Integridade	4
5.5 - Alterações significativas	6
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	7

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	8
10.2 - Resultado operacional e financeiro	19
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	20
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	21
10.5 - Políticas contábeis críticas	24
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	26
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	27
10.8 - Plano de Negócios	28
10.9 - Outros fatores com influência relevante	29

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Em relação aos riscos indicados no item 4.1, informar:

Em relação as políticas de gerenciamento de riscos relacionados a VALE, informamos que os mesmos estão detalhados no Formulário de Referência da referida Companhia, e podem ser consultados na íntegra no site: www.vale.com.

a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política:

A BRADESPAR não possui política formalizada de gerenciamento de risco.

b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

A BRADESPAR não possui política formalizada de gerenciamento de risco.

i. os riscos para os quais se busca proteção:

A BRADESPAR não possui política formalizada de gerenciamento de risco.

ii. os instrumentos utilizados para proteção

A BRADESPAR não possui política formalizada de gerenciamento de risco.

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A BRADESPAR não possui política formalizada de gerenciamento de risco.

c) a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A BRADESPAR não possui estrutura operacional de controle de controles internos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

- a) *se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política***

A BRADESPAR não possui política formalizada de gerenciamento de risco de mercado.

b) *objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:*

- i. os riscos de mercado para os quais se busca proteção**
- ii. a estratégia de proteção patrimonial (hedge)**
- iii. os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)**
- iv. os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos**
- v. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos**
- vi. a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos**

A BRADESPAR não possui política formalizada de gerenciamento de risco de mercado.

c) *adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada*

A BRADESPAR não possui política formalizada de gerenciamento de risco de mercado.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las:

Não ocorreram eventuais imperfeições, e, conseqüentemente, não houve necessidade de providências a serem tomadas, na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do emissor, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

b) as estruturas organizacionais envolvidas:

A BRADESPAR não possui estrutura de controles internos.

c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento:

A BRADESPAR não possui estrutura de controles internos.

d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente:

Considerando nossos conhecimentos e os trabalhos realizados pelo auditor independente que tem como objetivo garantir a adequação das demonstrações contábeis da BRADESPAR, não há deficiências ou recomendações sobre os controles internos no relatório do auditor independente que pudessem afetar de maneira significativa as nossas demonstrações contábeis.

e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas:

Uma vez que não existem deficiências ou recomendações no relatório do auditor independente, não existem comentários dos diretores.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas:

A BRADESPAR dispõe de um Código de Conduta Ética. Este instrumento estabelece as diretrizes básicas de atuação expressas pela Alta Administração em consonância com os padrões de integridade e valores éticos da instituição e alcançam todas as atividades da Companhia.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes; e

Em 2012, o Código de Conduta Ética da BRADESPAR S.A. foi aprovado pelo Conselho de Administração, onde os principais valores e princípios éticos foram considerados na elaboração do Código e estão divididos em pilares de Integridade, Equidade, Compromisso com a Informação, dentre outros.

Cabe ao Conselho de Administração determinar as diretrizes sobre o assunto, como também apoiar o Programa de Integridade para que tenha a sua efetiva aplicação em toda a Organização, tendo por base os valores e princípios estabelecidos no Código.

Aplica-se a todos os administradores, funcionários, parceiros de negócios, fornecedores e prestadores de serviços da BRADESPAR e suas sociedades controladoras e controladas, direta ou indiretamente.

O documento está publicado no site da BRADESPAR (www.bradespar.com.br).

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados;**

Sim, é aplicável.

- se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema;**

O Código de Conduta Ética está disponível para consulta na IntraNet Corporativa e no site da BRADESPAR – Governança Corporativa – Documentos Corporativos <https://www.bradespar.com.br/SiteBradespar/Inicio/A-Bradespar/Governanca-Corporativa>. Ações de endomarketing são empreendidas para toda a Organização, disseminando a cultura ética por meio do próprio Código.

- as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas; e**

Violações ao Código de Conduta Ética, às políticas e normas da BRADESPAR estão sujeitas às ações disciplinares aplicáveis, independentemente do nível hierárquico, sem prejuízo das penalidades legais cabíveis.

- órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.**

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

O Código de Conduta foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 02 de agosto de 2012.

O código é divulgado no site da BRADESPAR – Governança Corporativa – Documentos Corporativos <https://www.bradespar.com.br/SiteBradespar/Inicio/A-Bradespar/Governanca-Corporativa>

b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

Denúncias e manifestações por parte de colaboradores ou de terceiros que tenham conhecimento de violações ao Código de Conduta Ética, as Políticas e Normas da BRADESPAR, bem como quaisquer informações acerca de eventual descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis a BRADESPAR e empresas controladoras e controladas, podem ser feitas ao superior imediato, à respectiva diretoria, ou ainda por intermédio do e-mail bradespar@bradespar.com, no site <http://www.bradespar.com.br> – Atendimento – Fale com RI.

c) se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas:

Nos processos de fusões, aquisições, alienações e parcerias, é necessária prévia diligência, voltada especificamente para anticorrupção, visando a identificar passivos ou atividades que possam trazer riscos oriundos de atos de corrupção e de suborno, como também, prever cláusulas contratuais específicas ao negócio que resguarдем a Companhia.

d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido:

Item não aplicável.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

Com relação ao último exercício social, não houve alterações significativas nos principais riscos aos quais a BRADESPAR está exposta.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

A BRADESPAR não apresenta riscos significativos em suas operações próprias, exceto os riscos relacionados aos investimentos em sua investida, a VALE, a qual tem seu gerenciamento de risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez realizado de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A BRADESPAR é uma companhia de investimentos, tendo sido constituída em 30 de março de 2000, por meio da cisão parcial do Bradesco, para atender a dois objetivos: (i) receber parcelas do patrimônio do Bradesco, cindidas em conformidade com a regulamentação do Banco Central, correspondentes a participações societárias não financeiras em sociedades atuantes nos setores de mineração, siderurgia, energia, TV por assinatura e tecnologia de informação; e (ii) permitir a administração mais ativa de investimentos não financeiros.

A economia brasileira tem apresentado sinais de recuperação, com expansão nos três principais setores de atividade econômica (serviços, indústria e agropecuária). O PIB apresentou crescimento, o que possibilitou a economia compensar a queda em 2020.

Nesse contexto, em 2021, a BRADESPAR apresentou desempenho recorde, alcançando o maior lucro líquido da sua história, R\$ 8,1 bilhões, reflexo do excelente resultado da empresa investida — a VALE. Com isso, no ano, a Companhia destinou aos seus acionistas dividendos e juros sobre capital próprio robustos no valor de R\$ 4,1 bilhões, sendo esse o maior volume anual já pago.

Cumprir destacar que, em setembro de 2021, o Conselho de Administração da BRADESPAR aprovou o aumento do capital social de R\$ 4,1 bilhões para R\$ 5,8 bilhões, mediante a bonificação em ações no total de 45.062.565 — sendo 15.818.449 ordinárias e 29.244.116 preferenciais — que foram atribuídas gratuitamente aos acionistas na proporção de 1,295 de nova ação para cada 10 (dez) ações da mesma espécie de emissão da BRADESPAR. A operação teve o propósito de aumentar a liquidez das ações de emissão da BRADESPAR no mercado, bem como ajustar a cotação para tê-las com preço por ação mais atrativo e acessível a um maior número de investidores.

Ressalte-se ainda que, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em outubro, os acionistas da BRADESPAR aprovaram a operação de redução do capital social, um marco na história da Companhia. A redução de capital no valor de R\$ 5,3 bilhões, sem o cancelamento de ações, possibilitou a entrega aos acionistas de ações ordinárias de emissão da VALE, na proporção de 0,332373453 ação de emissão da VALE para cada ação de emissão da BRADESPAR, reforçando o compromisso com a geração de valor aos acionistas.

Em 31 de dezembro de 2021, sua carteira de investimentos era composta pela investida VALE. Sua receita operacional é proveniente na maior parte: (i) do resultado da equivalência patrimonial na VALE, que inclui juros sobre o capital próprio e/ou dividendos recebidos; e (ii) dos ganhos realizados na alienação de investimentos. A receita operacional da BRADESPAR em 31 de dezembro de 2021 totalizou R\$ 8,080 bilhões, composta por equivalência patrimonial da VALE.

Variações no resultado da VALE poderão impactar, proporcionalmente, os resultados operacionais da BRADESPAR.

Sobre a investida VALE

Entre as maiores e mais valorizadas empresas da América Latina, a VALE está presente em cerca de 25 países, distribuídos pelos 5 continentes, e atua nos negócios de mineração (produção e comercialização), operações logísticas, incluindo ferrovias, terminais marítimos e portos, além de geração de energia.

Em 2021, a BRADESPAR continuou com foco no acompanhamento das atividades e nas definições estratégicas da VALE por meio de representação no Conselho de Administração e nos diversos Comitês de Assessoramento e, nesse âmbito, tem prestado sua contribuição para o contínuo aperfeiçoamento da Governança da Companhia, visando os melhores padrões de segurança e sustentabilidade, rentabilidade e eficiência operacional.

No ano que se encerrou, a VALE registrou EBITDA ajustado de R\$ 168,1 bilhões, 82,2% acima de 2020, devido, principalmente, aos maiores preços dos minerais ferrosos e cobre. O lucro líquido foi de R\$ 121,2 bilhões, aumento de 354% em relação ao ano anterior.

Destaca-se que, após a conclusão do programa de recompra de 270 milhões de ações de emissão da própria Companhia ao longo de 2021 (US\$ 5,3 bilhões), foi aprovado pelo Conselho de Administração da VALE novo programa de recompra de até 200 milhões de ações e seus respectivos ADRs, ainda em execução, representa até 4,1% do número total de ações em circulação. Regido pela disciplina na alocação

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

de capital, o programa é executado em um período de até 18 meses, demonstrando a confiança na gestão da empresa e no potencial de criar e distribuir valor de forma consistente. A Alta Administração da VALE considera o programa de recompra um dos melhores investimentos disponíveis para a empresa.

Por fim, em 2021, a remuneração aos acionistas atingiu recorde US\$ 23,0 bilhões, além de US\$ 3,5 bilhões aprovados em fevereiro de 2022, cujo pagamento foi realizado em março do ano corrente.

Cenário Econômico e Resultados da BRADESPAR

Em 2021, o real teve uma desvalorização de 7,39% em relação ao dólar norte-americano, atingindo R\$ 5,5805 por US\$ 1,00 em 31 de dezembro de 2021 comparado com R\$ 5,1967 por US\$ 1,00 em 31 de dezembro de 2020. O Banco Central aumentou a taxa básica de juros, partindo de 2,00% em dezembro de 2020 para 9,25% em dezembro de 2021.

Em 2020, o real teve uma desvalorização de 28,9% em relação ao dólar norte-americano, atingindo R\$ 5,1967 por US\$ 1,00 em 31 de dezembro de 2020 comparado com R\$ 4,0307 por US\$ 1,00 em 31 de dezembro de 2019. O Banco Central diminuiu a taxa básica de juros, partindo de 4,50% em dezembro de 2019 para 2,00% em dezembro de 2020.

Em 2019, o real teve uma desvalorização de 4,0% em relação ao dólar norte-americano, atingindo R\$ 4,0307 por US\$ 1,00 em 31 de dezembro de 2019 comparado com R\$ 3,8748 por US\$ 1,00 em 31 de dezembro de 2018. O Banco Central diminuiu a taxa básica de juros, partindo de 6,50% em dezembro de 2018 para 4,50% em dezembro de 2019.

Indicamos abaixo dados referentes aos resultados da BRADESPAR (Consolidado), nos anos de 2021, 2020 e 2019:

R\$ Milhões	2021	2020	2019
Receita Operacional Bruta	8.080	1.506	(359)
Resultado do Exercício	8.079	1.467	(403)
Patrimônio Líquido	7.503	11.255	9.561
Rentabilidade Anualizada Sobre o Patrimônio Líquido médio ⁽¹⁾	126,7%	22,2%	-6,2%
Valor Contábil dos investimentos	7.048	10.692	9.344

(1) Não considera o efeito da marcação a mercado dos Títulos Disponíveis para Venda registrado no Patrimônio Líquido.

A seguir, relacionamos o valor contábil e de mercado do investimento detido pela BRADESPAR, em 2021, 2020 e 2019:

VALE			
R\$ milhões	Dez21	Dez20	Dez19
Valor Contábil	7.048,4	10.691,7	9.343,8
Valor de Mercado ⁽¹⁾	12.727,2	25.702,2	15.665,3

(1) O valor de mercado da VALE considera a cotação de fechamento na B3 das ações ordinárias da VALE (VALE3), multiplicada pelo número de ações da VALE detidas pela Companhia. Em 2021 e 2020, do dia 30 de Dezembro; e em 2019 no dia 28 de dezembro.

b) Estrutura de capital

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Estrutura de Capital	Quantidade de Ações		
	Dez21	Dez20	Dez19
ON	137.989.898	122.171.449	122.171.449
PN	255.106.712	225.862.596	225.862.596
Total Integralizado	393.096.610	348.034.045	348.034.045
Ações em Tesouraria (ON)	-	-	-
Ações em Tesouraria (PN)	-	-	-
Total em Circulação	393.096.610	348.034.045	348.034.045

Em 2021 e 2020 não houve renovação do programa de aquisição de ações de própria emissão para permanência em tesouraria.

Em reunião do Conselho de Administração de 14 de agosto de 2019, deliberou-se renovar o programa de aquisição de ações de própria emissão para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, sem redução do Capital Social e autorizou-se que a Diretoria da Companhia adquira até 10.870.000 ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo até 970.000 ordinárias e até 9.900.000 preferenciais, pelo prazo de 365 dias.

Até 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 não foram adquiridas ações em tesouraria.

Em 31 de dezembro de 2021 o capital social total da BRADESPAR era de R\$ 500 milhões, composto por 393.096.610 ações, sendo 137.989.898 ações ordinárias e 255.106.712 ações preferenciais. Já em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o capital social total da BRADESPAR era de R\$ 4,1 bilhões, composto por 348.034.045 ações, sendo 122.171.449 ações ordinárias e 225.862.596 ações preferenciais.

Nos últimos 3 exercícios sociais, os ativos da BRADESPAR foram fundamentalmente financiados por meio de capital próprio conforme o quadro a seguir:

	R\$ milhões					
	Dez21	% em relação ao passivo total	Dez20	% em relação ao passivo total	Dez19	% em relação ao passivo total
Patrimônio Líquido dos acionistas Controladores	7.503	99,3%	11.255	99,6%	9.561	94,6%
Capital de Terceiros ⁽¹⁾	51	0,7%	43	0,4%	545	5,4%
Passivo Total	7.554	100,0%	11.298	100,0%	10.106	100,0%

(1) Passivo Total excluindo-se o Patrimônio Líquido.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os administradores da Companhia, com base em análise de seus indicadores de desempenho e de sua geração operacional de caixa, entendem que a Companhia tem plenas condições para honrar suas obrigações de curto, médio e longo prazos, bem como seus respectivos juros, com recursos provenientes da sua geração operacional de caixa. Não obstante o entendimento da Administração da Companhia, caso sejam necessários recursos para complementação de tal montante, estes serão obtidos por meio de empréstimos bancários ou outros financiamentos, a serem avaliados e contratados pela Companhia, ou por alienação de ativos, bem como por meio de outras distribuições públicas de valores mobiliários da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia não possuía obrigações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia estava em cumprimento com todas as obrigações financeiras estabelecidas nos instrumentos de dívida mencionados na alínea "f" abaixo e acredita que continuará a honrar tais compromissos sem que tal fato implique em qualquer impacto negativo relevante em seus negócios ou performance financeira.

Para melhor entendimento da capacidade de pagamento da Emissora em relação aos seus compromissos financeiros assumidos, informamos a seguir o seu índice de liquidez geral.

Indicador de Liquidez

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Indicador	2021	2020	2019
Liquidez Geral	9,9	14,1	1,4

Em 2021, o índice de Liquidez Geral atingiu 9,9, demonstrando que a Companhia permanece com margem confortável para honrar seus compromissos de curto e longo.

Em 2020 o índice de Liquidez Geral apresentou aumento do indicador, principalmente, pela quitação integral das debêntures a pagar no montante de R\$ 229,3 milhões e redução da provisão de dividendos e JCP a pagar no valor de R\$ 241,0 milhões. Já em 2019, o índice, manteve-se, estável demonstrando que a BRADESPAR tem honrado a suas obrigações de curto e longo.

O índice é obtido através do somatório do Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo, dividido pelo somatório dos Passivos Circulantes e Não Circulantes.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas**As principais fontes de recursos da Companhia são:**

- os dividendos e/ou juros sobre capital próprio distribuídos pelas investidas da Companhia;
- os recursos provenientes das vendas de participações societárias;
- as emissões de títulos de dívida no mercado de capitais brasileiro e internacional; e
- os aumentos de capital.

As principais fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes da Companhia foram originadas, principalmente:

- em 2021: recebimento de R\$ 4,264 bilhões referentes a juros sobre o capital próprio e dividendos da VALE;
- em 2020: recebimento de R\$ 1,017 bilhão referentes a juros sobre o capital próprio e dividendos da VALE; e
- em 2019: Não recebemos recursos.

Recursos Provenientes das Atividades de Financiamento

Os recursos provenientes de atividades de financiamento da Companhia foram originados:

- durante os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, não houve captações de recursos provenientes de atividades de financiamento.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

As fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes citadas no item 10.1 “d” que foram utilizadas nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 são adequadas, e continuarão a ser utilizadas em eventual deficiência de liquidez.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

A tabela a seguir apresenta informações financeiras selecionadas com relação ao endividamento, em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Instrumento	Saldo (R\$ milhões)			Custo	Pagamento	Vencimento	Obrigações Principais (R\$ milhões)
	2021	2020	2019				
Debêntures da Sétima Emissão ⁽¹⁾	-	-	223,0	103,95% da variação do CDI	No vencimento	Junho de 2021	Manutenção de endividamento líquido abaixo de R\$ 3.000,000
Dívida Bruta	-	-	223,0	-	-	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	294,7	62,6	201,2	-	-	-	-
Dívida Líquida	(294,7)	(62,6)	21,8	-	-	-	-

(1) Em 28 de junho de 2018 foram emitidas R\$ 700,0 milhões e em 27 de dezembro de 2018 foram amortizados R\$512,7 milhões e em 9 de dezembro de 2020 foram liquidadas.

Em 2021, 2020 e 2019 não houve emissão de dívida.

Em 13 de agosto de 2018, a BRADESPAR efetuou sua Terceira Emissão Pública de Notas Promissórias em série única, sendo 24 Notas no valor unitário de R\$ 100 milhões totalizando R\$ 2,4 bilhões com vencimento em 13 de agosto de 2019.

Os juros foram correspondentes à variação acumulada de 103,5% das taxas médias dos DI's – Depósitos Interfinanceiros de um dia, base 252 dias, divulgada diariamente pela CETIP S.A., calculados *pro rata temporis* até o pagamento de cada Nota Promissória e serão pagos junto com o principal.

Em 19 de dezembro de 2018, a BRADESPAR efetuou o resgate total das Notas Promissórias da Terceira Emissão no montante de R\$ 2,458 bilhões.

Em 28 de junho de 2018, a BRADESPAR efetuou sua Sétima Emissão Pública de Debêntures em série única, sendo 70.000 Debêntures no valor unitário de R\$ 10 mil totalizando R\$ 700 milhões com vencimento em 28 de junho de 2021.

Os juros foram correspondentes à variação acumulada de 103,95% das taxas médias dos DI's – Depósitos Interfinanceiros de um dia, base 252 dias, divulgada diariamente pela CETIP S.A., calculados *pro rata temporis* até o pagamento de cada Debênture e serão pagos junto com o principal.

As Debêntures não contam com garantia.

Em 6 de julho de 2018, a BRADESPAR efetuou o pagamento do principal e juros das Debêntures da Sexta Emissão no montante de R\$ 665,8 milhões.

Em 27 de dezembro de 2018, a BRADESPAR efetuou a amortização antecipada extraordinária parcial das Debêntures da Sétima Emissão no montante de R\$ 512,7 milhões.

Em 9 de dezembro de 2020, a BRADESPAR efetuou o resgate antecipado total das Debêntures da Sétima Emissão no montante de R\$ 229,3 milhões.

Em 2017 e 2016 não houve emissão de dívida.

Em 6 de julho de 2015, a BRADESPAR efetuou sua Sexta Emissão Pública de Debêntures em série única, sendo 126.000 Debêntures no valor unitário de R\$ 10 mil totalizando R\$ 1,260 bilhão com vencimento em 1.096 dias a contar da data de emissão.

Os juros foram correspondentes à variação acumulada de 105,5% das taxas médias dos DI's – Depósitos Interfinanceiros de um dia, base 252 dias, divulgada diariamente pela CETIP S.A., calculados *pro rata temporis* até o pagamento de cada Debênture e serão pagos junto com o principal.

As Debêntures não contam com garantia.

Em 6 de julho de 2015, a BRADESPAR efetuou o pagamento do principal e juros das Debêntures da Quinta Emissão no montante de R\$ 1,240 bilhão.

Em 2014 não houve emissão de dívida.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 4 de julho de 2013, a BRADESPAR efetuou sua Quinta Emissão Pública de Debêntures em série única, sendo 100.000 Debêntures no valor unitário de R\$ 10 mil totalizando R\$ 1 bilhão com vencimento em 732 dias a contar da data de emissão.

Os juros foram correspondentes à variação acumulada de 105,3% das taxas médias dos DIs – Depósitos Interfinanceiros de um dia, base 252 dias, divulgada diariamente pela CETIP S.A., calculados *pro rata temporis* até o pagamento de cada Debênture e serão pagos junto com o principal.

As Debêntures não contam com garantia.

Em 4 de julho de 2013, a BRADESPAR efetuou o pagamento do principal e juros da Segunda Série das Debêntures da Terceira Emissão no montante de R\$ 610,8 milhões e da Quarta Emissão de Debêntures no montante de R\$ 376,2 milhões.

Em 4 de julho de 2012, a BRADESPAR efetuou sua Quarta Emissão Pública de Debêntures em série única, sendo 35.000 Debêntures no valor unitário de R\$ 10 mil totalizando R\$ 350 milhões com vencimento em 365 dias a contar da data de emissão.

Os juros foram correspondentes à variação acumulada de 103,5% das taxas médias dos DIs – Depósitos Interfinanceiros de um dia, base 252 dias, divulgada diariamente pela CETIP S.A., calculados *pro rata temporis* até o pagamento de cada Debênture e serão pagos junto com o principal.

As Debêntures não contam com garantia.

Em 4 de julho de 2012, a BRADESPAR efetuou o pagamento do principal e juros da Primeira Série das Debêntures da Terceira Emissão no montante de R\$ 322,1 milhões.

Em 4 de julho de 2011, a BRADESPAR efetuou a emissão pública de Debêntures em duas séries, sendo a primeira de 29.000 Debêntures no valor unitário de R\$ 10 mil totalizando R\$ 290 milhões com vencimento em 366 dias a contar da data de emissão e a segunda de 51.000 Debêntures no valor unitário de R\$ 10 mil totalizando R\$ 510 milhões com vencimento de 731 dias a contar da data de emissão.

Os juros da primeira série foram correspondentes à variação acumulada de 103,8% das taxas médias dos DIs – Depósitos Interfinanceiros de um dia, base 252 dias, divulgada diariamente pela CETIP S.A. e de 105,5% para a segunda série, calculados *pro rata temporis* até o pagamento de cada Debênture e serão pagos junto com o principal.

As Debêntures contam com a seguinte garantia: alienação fiduciária de 15.581.955 (quinze milhões, quinhentas e oitenta e uma mil, novecentas e cinquenta e cinco) ações preferenciais da classe C emitidas pela VALEPAR subscritas e integralizadas pela Companhia.

Em 4 de julho de 2011, a BRADESPAR efetuou o pagamento do principal e juros da Segunda Série das Debêntures no montante de R\$ 807,5 milhões.

Em 9 de julho de 2010, a BRADESPAR efetuou o pagamento do principal e juros da Primeira Série das Debêntures no montante de R\$ 152,9 milhões.

Em 13 de julho de 2009, a BRADESPAR efetuou a emissão pública de Debêntures em duas séries, sendo a primeira de 140.000 Debêntures no valor unitário de R\$ 1 mil totalizando R\$ 140 milhões com vencimento em 361 dias a contar da data de emissão e a segunda de 660.000 Debêntures no valor unitário de R\$ 1 mil totalizando R\$ 660 milhões com vencimento de 721 dias a contar da data de emissão.

Os juros da primeira série foram correspondentes à variação acumulada de 105% das taxas médias dos DIs – Depósitos Interfinanceiros de um dia, base 252 dias, divulgada diariamente pela CETIP S.A. e de 108% para a segunda série, calculados *pro rata temporis* até o pagamento de cada Debênture e serão pagos junto com o principal.

As Debêntures contam com a seguinte garantia: alienação fiduciária de 100% das ações preferenciais da classe C emitidas pela VALEPAR subscritas e integralizadas pela Companhia.

Em 14 de janeiro de 2009, a BRADESPAR efetuou a emissão pública de 690 Notas Promissórias no valor unitário de R\$ 1 milhão totalizando R\$ 690 milhões com vencimento em 180 dias a contar da data de emissão.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os juros foram correspondentes à variação acumulada de 110% das taxas médias dos DIs – Depósitos Interfinanceiros de um dia, base 252 dias, divulgada diariamente pela CETIP S.A. calculados *pro rata temporis* até o pagamento de cada Nota Promissória e foram pagos junto com o principal.

As Notas Promissórias contavam com as seguintes garantias: (i) alienação fiduciária de 53,1% das ações preferenciais da classe C emitidas pela VALEPAR, detidas diretamente pela BRADESPAR; e (ii) alienação fiduciária de 53,1% das ações ordinárias da CPFL, detidas indiretamente pela BRADESPAR.

O pagamento do principal e juros ocorreu no dia 13 de julho de 2009, no montante de R\$ 729,5 milhões.

Em 14 de janeiro de 2009, a BRADESPAR efetuou a emissão pública de 610.000 Debêntures no valor unitário de R\$ 1 mil totalizando R\$ 610 milhões com vencimento em 36 meses a contar da data de emissão.

Os juros foram correspondentes à variação acumulada de 125% das taxas médias dos DIs – Depósitos Interfinanceiros de um dia, base 252 dias, divulgada diariamente pela CETIP S.A. calculados *pro rata temporis* até o pagamento de cada Debênture e foram pagos junto com o principal.

As Debêntures contavam com as seguintes garantias: (i) alienação fiduciária de 46,9% das ações preferenciais da classe C emitidas pela VALEPAR, detidas diretamente pela BRADESPAR; e (ii) alienação fiduciária de 46,9% das ações ordinárias da CPFL, detidas indiretamente pela BRADESPAR.

O pagamento antecipado de 99% do principal e juros ocorreu no dia 22 de maio de 2009, no montante de R\$ 633,4 milhões, e pagamento do saldo remanescente da totalidade das Debêntures ocorreu no dia 19 de junho de 2009, no montante de R\$ 6,4 milhões.

Em 18 de julho de 2008, a BRADESPAR efetuou a emissão pública de 1.400 Notas Promissórias no valor unitário de R\$ 1 milhão, totalizando R\$ 1,4 bilhão com vencimento em 180 dias a contar da data de emissão.

Os juros foram correspondentes à variação acumulada de 106,0% das taxas médias dos DIs – Depósitos Interfinanceiros de um dia, base 252 dias, divulgada diariamente pela CETIP S.A. calculados *pro rata temporis* até o pagamento de cada Nota Promissória e foram pagos junto com o principal.

As Notas Promissórias contavam com as seguintes garantias: (i) alienação fiduciária de 100% das ações preferenciais da classe C emitidas pela VALEPAR, detidas diretamente pela BRADESPAR; e (ii) alienação fiduciária de 100% das ações ordinárias da CPFL, detidas indiretamente pela BRADESPAR.

O pagamento do principal e juros ocorreu nos dias 02 de janeiro de 2009 e 14 de janeiro de 2009, no montante de R\$ 1.495,539 milhões.

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Não há contratos de empréstimo e financiamento relevantes.

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

Não há grau de subordinação contratual entre as dívidas.

Adicionalmente, considerando a totalidade das obrigações registradas no passivo circulante e não circulante do balanço patrimonial da Companhia e o respectivo grau de subordinação entre elas, informamos que: (i) as obrigações de natureza fiscais e legais correspondiam em 2021 a 3,8%, 2020 a 18,9% e 2019 a 8,5% (ii) as obrigações de natureza quirografária (debêntures e notas promissórias) em 2021 e 2020 tornaram-se sem efeitos devido a liquidadas das operações, 2019 foi de 40,9% (iii) os outros créditos, representados, essencialmente, pelos dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio a pagar, correspondiam em 2021 a 96,2%, 2020 a 81,1% e 2019 a 50,6%.

(iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Não há restrições impostas à Companhia em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

g) limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Não há limites de utilização dos financiamentos já contratados.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Com relação às alterações significativas nos itens do balanço patrimonial Consolidado, apresentamos abaixo um comparativo entre os principais eventos significativos nos seguintes períodos:

Balanço Patrimonial - Consolidado										
R\$ mil	Dez21	Dez20	Dez19	Análise Vertical %			Análise Horizontal			
				Dez21	Dez20	Dez19	Dez21 x Dez20		Dez20 x Dez19	
							R\$	%	R\$	%
Ativo										
Ativo Circulante	294.709	415.287	554.523	3,9	3,7	5,5	(120.578)	(29,0)	(139.236)	(25,1)
Caixa e Equivalentes de Caixa	294.709	62.563	201.185	3,9	0,6	2,0	232.146	371,1	(138.622)	(68,9)
Outros Valores a Receber	-	352.724	353.338	-	3,1	3,5	(352.724)	-	(614)	(0,2)
Ativo Não Circulante	7.259.115	10.882.559	9.551.579	96,1	96,3	94,5	(3.623.444)	(33,3)	1.330.980	13,9
Ativo Realizável a Longo Prazo	209.689	189.918	206.740	2,8	1,7	2,0	19.771	10,4	(16.822)	(8,1)
Tributos a Compensar ou a Recuperar	209.689	182.201	198.935	2,8	1,6	2,0	27.488	15,1	(16.734)	(8,4)
Depósitos Judiciais	-	7.717	7.805	-	0,1	0,1	(7.717)	-	(88)	(1,1)
Investimentos	7.048.401	10.691.742	9.343.767	93,3	94,6	92,5	(3.643.341)	(34,1)	1.347.975	14,4
Imobilizado	56	80	105	0,0	0,0	0,0	(24)	(30,0)	(25)	(23,8)
Intangível	969	819	967	0,0	0,0	0,0	150	18,3	(148)	(15,3)
Total	7.553.824	11.297.846	10.106.102	100,0	100,0	100,0	(3.744.022)	(33,1)	1.191.744	11,8
Passivo										
Passivo Circulante	50.042	35.192	314.389	0,7	0,3	3,1	14.850	42,2	(279.197)	(88,8)
Impostos e Contribuições a Recolher	973	279	38.589	0,0	0,0	0,4	694	248,7	(38.310)	(99,3)
Dividendos e JCP a Pagar	17.326	5.852	246.886	0,2	0,1	2,4	11.474	196,1	(241.034)	(97,6)
Outras Obrigações	31.743	29.061	28.914	0,4	0,3	0,3	2.682	9,2	147	0,5
Passivo Não Circulante	972	7.843	230.858	0,0	0,1	2,3	(6.871)	(87,6)	(223.015)	(96,6)
Debêntures	-	-	223.017	-	-	2,2	-	-	(223.017)	-
Provisões e Obrigações	972	7.843	7.841	0,0	0,1	0,1	(6.871)	-	2	0,0
Patrimônio Líquido Consolidado	7.502.810	11.254.811	9.560.855	99,3	99,6	94,6	(3.752.001)	(33,3)	1.693.956	17,7
Capital Social Realizado	500.125	4.100.000	4.100.000	6,6	36,3	40,6	(3.599.875)	(87,8)	-	-
Reserva de Lucros	5.257.761	2.898.625	2.106.573	69,6	25,7	20,8	2.359.136	81,4	792.052	37,6
Reserva Legal	403.962	300.963	227.610	5,3	2,7	2,3	102.999	34,2	73.353	32,2
Reserva Estatutária	4.853.799	2.597.662	1.878.963	64,3	23,0	18,6	2.256.137	86,9	718.699	38,2
Ajustes de Avaliação Patrimonial	1.744.924	4.256.186	3.354.282	23,1	37,7	33,2	(2.511.262)	(59,0)	901.904	26,9
Total	7.553.824	11.297.846	10.106.102	100,0	100,0	100,0	(3.744.022)	(33,1)	1.191.744	11,8

Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e equivalente de caixa é composto de aplicações de fundos de investimentos e disponibilidade de recursos em moeda nacional.

Outros Valores a Receber

Os montantes registrados em 2020 e 2019, referem-se a Juros Sobre o Capital Próprio da VALE.

Investimentos

A oscilação na conta de investimentos está relacionada, na maior parte, à equivalência patrimonial e ao ajuste de avaliação patrimonial (ajuste reflexo) oriundos da VALEPAR/VALE. Em 2021 ocorreu a redução de capital da BRADESPAR com a entrega de 130.654.877 ações da VALE que estavam registradas na conta Investimentos para os seus acionistas.

As participações societárias diretas, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial da BRADESPAR são demonstradas a seguir:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Empresas	Quantidade de Ações Detidas (em mil) - ON	Participação no Capital Social %	Total do Investimentos R\$ milhões		
			31.12.2021	31.12.2020	31.12.2019
VALE ^{(1) (2) (3)}	163.252	3,18	7.048	10.692	9.344
MILLENIUM	-	100,00	2	2	1
Total			7.050	10.694	9.345

(1) As informações referentes a 31 de dezembro de 2021, foram auditadas pelos mesmos auditores independentes da BRADESPAR; e

(2) Avaliado pelo método de equivalência patrimonial do investimento na VALE S.A. Após o encerramento do acordo de acionistas da VALE S.A., a administração avaliou à luz do CPC 18 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, que define influência significativa como o poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto com outros acionistas, portanto a Bradespar mantém influência significativa na empresa investida, tendo em vista a presença de representantes e indicações no Conselho de Administração e em Comitês de assessoramento do Conselho de Administração.

(3) Em 17 de dezembro de 2021, a Bradespar alterou seu percentual de participação na VALE, em razão da redução de capital com a entrega das ações da VALE aos acionistas da Companhia, aprovada em Assembleia Geral Extraordinária em 15 de outubro de 2021.

Debêntures a Pagar

Em 9 de dezembro de 2020, a BRADESPAR efetuou o resgate antecipado total das Debentures da Sétima Emissão no montante de R\$ 229,3 milhões. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo atualizado correspondia a R\$ 223,0 milhões.

Demonstração do Resultado

Demonstração do Resultado Consolidado										
Em R\$ mil	Análise Vertical %						Análise Horizontal			
	2021	2020	2019				2021 x 2020		2020 x 2019	
				2021	2020	2019	R\$	%	R\$	%
Equivalência Patrimonial	8.080.515	1.506.379	(358.760)	100,0	100,0	100,0	6.574.136	-	1.865.139	-
Receita Operacional	8.080.515	1.506.379	(358.760)	100,0	100,0	100,0	6.574.136	-	-	-
Despesas Gerais e Administrativas	(12.219)	(6.372)	(3.793)	(0,2)	(0,4)	1,1	(5.847)	91,8	(2.579)	68,0
Despesas de Pessoal	(15.048)	(11.661)	(13.356)	(0,2)	(0,8)	3,7	(3.387)	29,0	1.695	(12,7)
Receitas / Despesas Financeiras	61.987	6.455	12.539	0,8	0,4	(3,5)	55.532	-	(6.084)	-
Despesas Tributárias	(25.943)	(27.749)	(39.671)	(0,3)	(1,8)	11,1	1.806	(6,5)	11.922	(30,1)
Outras Despesas Operacionais	(10.031)	-	(38)	(0,1)	-	0,0	(10.031)	-	38	-
Resultado antes do IR/CS	8.079.261	1.467.052	(403.079)	100,0	97,4	112,4	6.612.209	-	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-	(128)	-	-	0,0	-	-	128	-
Resultado do Exercício	8.079.261	1.467.052	(403.207)	100,0	97,4	112,4	6.612.209	-	-	-

Receita Operacional

Como Companhia de Investimentos, a BRADESPAR tem sua receita operacional originada do resultado de equivalência patrimonial e juros sobre o capital próprio da VALE.

Em 2021, registrou receita operacional recorde de R\$ 8,1 bilhões, com crescimento de R\$ 6,6 bilhões em relação ao acumulado dos 12 meses do ano anterior.

Ressalte-se o robusto desempenho da VALE no ano que se encerrou, com destaque para a expressiva geração de caixa, impulsionada pela melhora nos preços dos produtos comercializados, rigorosa disciplina na alocação de capital e melhores resultados obtidos nos segmentos de minerais ferrosos e cobre.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 2020, registrou receita operacional de R\$ 1,5 bilhão, revertendo resultado negativo de R\$ 358,8 milhões no acumulado dos 12 meses do ano anterior.

O sólido desempenho da VALE é destaque no período, totalizando EBITDA ajustado de US\$ 16,6 bilhões para o ano completo de 2020, devido, principalmente, ao forte desempenho de minerais ferrosos com o aumento dos preços realizados e volume de vendas, bem como maiores preços realizados de níquel e cobre.

Em 2019, registrou receita operacional negativa de R\$ 358,8 milhões, composta por equivalência patrimonial negativa da VALE, devido, principalmente, a ruptura da barragem de Brumadinho, bem como os registros de *impairment* relacionados aos segmentos de metais e carvão.

Despesas Gerais e Administrativas e Despesas de Pessoal

As despesas gerais e administrativas são compostas essencialmente por serviços advocatícios e consultorias para gestão dos negócios da companhia, bem como gastos com editais e publicações em jornais e taxas da B3. Vale ressaltar que a Diretoria Executiva da companhia está constantemente reavaliando todas as despesas e sempre buscando as melhores alternativas para reduzi-las, com a adoção de medidas que melhorem sua gestão, tais como renegociação de contratos com fornecedores, abertura de concorrência para contratação de escritórios de advocacia e consultorias, buscando constantemente melhores condições de preços e custo-benefício, preservando a sua estrutura de capital saudável.

Em 2021 totalizaram R\$ 27,3 milhões, sendo R\$ 15,0 milhões de despesas de pessoal e R\$ 12,3 milhões de despesas gerais e administrativas. As variações das despesas no exercício de 2021 deveu-se, a maiores gastos com serviços advocatícios para gestão dos negócios da Companhia.

Em 2020 totalizaram R\$ 18,0 milhões, sendo R\$ 11,6 milhões de despesas de pessoal e R\$ 6,4 milhões de despesas gerais e administrativas. A variação no exercício de 2020 deveu-se, a maiores gastos com serviços advocatícios para gestão dos negócios da Companhia.

Em 2019 totalizaram R\$ 17,1 milhões, sendo R\$ 13,3 milhões de despesas de pessoal e R\$ 3,8 milhões de despesas gerais e administrativas. A variação no exercício de 2019 deveu-se, a menores gastos com serviços advocatícios para gestão dos negócios da Companhia.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro da BRADESPAR, no exercício que se encerrou, atingiu o valor positivo de R\$ 62,0 milhões, decorrente, principalmente, de aplicações financeiras e de remuneração sobre Impostos a Recuperar. Tal resultado reflete a continuidade da posição líquida de caixa da Companhia, na medida que liquidou todo o endividamento financeiro em exercícios anteriores.

O resultado financeiro da BRADESPAR, em 2020, atingiu o valor positivo de R\$ 6,5 milhões, decorrentes de aplicações financeiras e de remuneração sobre Impostos a Recuperar. Tal resultado reflete o fato de que, com o resgate antecipado total da Terceira Emissão de Notas Promissórias e a amortização total antecipada da Sétima Emissão Pública de Debêntures Simples, zerou o endividamento da Companhia.

O resultado financeiro da BRADESPAR, em 2019, atingiu o valor positivo de R\$ 12,5 milhões, devido, principalmente, a receita de aplicações financeiras e a redução do endividamento da BRADESPAR, com o resgate antecipado total da sua Terceira Emissão de Notas Promissórias no montante de R\$ 2,458 bilhões, bem como a amortização antecipada parcial da Sétima Emissão Pública de Debêntures Simples, no montante de R\$ 512,7 milhões, ocorrida no final de 2018.

Outras Despesas Operacionais

A despesa de R\$ 10 milhões em 2021, refere-se ao pagamento de indenização relacionado com processos judiciais realizados por companhia investida alienada pela BRADESPAR em dezembro de 2006, referente a períodos anteriores à alienação de investimento.

Em 2020 e 2019 não apresentaram impactos.

Resultado do Exercício

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 2021, a BRADESPAR apresentou lucro líquido de R\$ 8,1 bilhões, 450,7% superior ao mesmo período do ano anterior registrando o melhor resultado da história da Companhia, reflexo do excelente resultado apresentado pela VALE. O retorno sobre o patrimônio líquido médio (ROAE) alcançou 126,7%.

Em 2020, a BRADESPAR apresentou lucro líquido de R\$ 1,47 bilhão. O retorno sobre o patrimônio líquido médio (ROAE) alcançou 22,2%, reflexo, principalmente, do excelente desempenho da VALE no período.

A BRADESPAR, ao final de 2019, apresentou prejuízo de R\$ 403,2 milhões, reflexo do resultado apresentado pela VALE.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

a) Resultados das operações do emissor, em especial:

- i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita**
- ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais**

Com relação às alterações significativas sobre o resultado operacional, foram comentadas no item 10.1 h.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A BRADESPAR, como companhia de investimentos, não tem variações das receitas diretamente atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços. Porém pode ser afetada pelos efeitos destas variações nos resultados da VALE.

Variações da receita da VALE poderá impactar de forma relevante os resultados operacionais da BRADESPAR e os principais fatores que afetam seus respectivos resultados operacionais também afetam os da Companhia.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

A BRADESPAR, como companhia de investimentos, não sofre impactos relevantes no resultado financeiro e operacional devido à variação na taxa de inflação, nos preços dos principais insumos e produtos, no câmbio e na taxa de juros, sendo afetada pelos efeitos destas variações nos resultados da VALE.

Variações das receitas da VALE poderá impactar de forma relevante os resultados operacionais da BRADESPAR e os principais fatores que afetam seus respectivos resultados operacionais também afetam os da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**a) Introdução ou alienação de segmento operacional**

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 2021, 2020 e 2019 não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

c) Eventos ou operações não usuais

Em Assembleia Geral Extraordinária, ocorrida no dia 15.10.2021, os acionistas da BRADESPAR, aprovaram por unanimidade todas as matérias apreciadas, conforme descrito abaixo:

1) homologação das alterações no valor do capital social da BRADESPAR e no número de ações em que ele se divide, conforme aumento de capital aprovado pelo seu Conselho de Administração em reunião do dia 14.9.21, elevando-o de R\$ 4.100.000.000,00 para R\$ 5.760.124.804,30, com bonificação em ações, mediante a capitalização do saldo da conta "Reserva de Lucros – Reserva Estatutária" e do saldo da conta "Reserva de Lucros – Reserva Legal", com a emissão de 45.062.565 ações nominativas escriturais, sem valor nominal, sendo 15.818.449 ordinárias e 29.244.116 preferenciais, que foram atribuídas gratuitamente aos acionistas na proporção de 1,295 (um inteiro e duzentos e noventa e cinco milésimos) de nova ação para cada 10 (dez) ações da mesma espécie de que fossem titulares na data-base de 20.9.2021, passando a ser negociadas "ex-direito" em 21.9.2021. Os objetivos da operação tiveram o propósito de aumentar a liquidez das ações de emissão da BRADESPAR no mercado, bem como ajustar a cotação dessas ações para torná-las com preço por ação mais atrativo e acessível a um maior número de investidores;

2) redução do Capital Social, em conformidade com o disposto no Artigo 173 da Lei nº 6.404/76, no montante de R\$ 5.260.000.000,00, sem o cancelamento de ações, mediante a entrega aos acionistas da BRADESPAR de ações ordinárias, nominativas-escriturais, de emissão da VALE, pelo respectivo valor contábil, com intuito de ajustar o valor do capital social da BRADESPAR que se mostra excessivo às suas efetivas necessidades; e

3) autorização, ao Conselho de Administração da Companhia, para tomar as providências necessárias quanto à concretização da operação de redução de capital, incluindo, mas não limitando, a determinação da quantidade de ações de emissão da VALE a ser entregue aos seus acionistas da BRADESPAR, a ser apurado e divulgado ao mercado oportunamente, sujeito ao limite de R\$ 5.260.000.000,00, que corresponde ao valor da redução de capital, bem como a consequente fixação da proporção de ações a ser distribuída.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

a) mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações contábeis da BRADESPAR estão sendo apresentadas de acordo com os pronunciamentos técnicos do CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Os Diretores da BRADESPAR informam que não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis utilizadas pela Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve efeitos significativos no patrimônio líquido e no lucro líquido da BRADESPAR nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, em decorrência de alterações em práticas contábeis.

Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2021:

A Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 17, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovado pela Resolução CVM nº 18/2021, apresenta alterações nos Pronunciamentos Técnicos: CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 e trata da reforma nas taxas de juros utilizadas como referências de mercado (IBOR) - Fase II. As principais alterações são: (i) permissão de substituir a taxa efetiva de juros de instrumentos financeiros por uma taxa compatível, sem desreconhecer a operação, desde que seja consequência da reforma; (ii) Reconhecimento em resultado da parcela inefetiva de *hedge accounting*, em razão do fim das isenções previstas na Fase I do projeto. A norma entrou em vigor para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021. Não foram identificados impactos na Companhia.

O Pronunciamento Técnico CPC para Entidades em Liquidação - CPC LIQUIDAÇÃO, aprovado pela Resolução CVM nº 28 de 16 de Abril de 2021, que tem o objetivo de orientar e harmonizar as práticas para as entidades que ingressam em regime de não continuidade normal de atividades, em especial as em processo de liquidação e, mais especificamente, as em processo falimentar. A norma entrou em vigor em 1º de junho de 2021, sendo permitida sua adoção antecipada. Não apresenta impactos na Companhia.

A Revisão de Pronunciamento Técnico nº 18, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovada pela Resolução CVM 41/2021, apresenta alterações no CPC 06 (R2) - Arrendamentos (correlacionado ao IFRS 16) sobre a prorrogação do prazo de aplicação do expediente prático de Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento para pagamentos devidos em ou antes de 30 de junho de 2022. A alteração é válida para períodos anuais de relatórios a partir de 1º de abril de 2021. Não apresenta impactos na Companhia.

Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2020:

A Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro descreve o objetivo e os conceitos do relatório financeiro para fins gerais. Dentre as alterações em definições contidas neste documento, destaca-se a nova definição de ativos e passivos, sendo ativo, "um recurso econômico presente controlado pela entidade como resultado de eventos passados" e passivo, uma obrigação presente da entidade de transferir um recurso econômico como resultado de eventos passados". Foi realizada uma análise sobre a nova Estrutura Conceitual e não foram identificados impactos materiais na BRADESPAR.

Foi aprovado o documento de revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 16, referente ao Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2), emitido pelo CPC, via Deliberação CVM 859 de 07 de julho de 2020. Conforme este documento, o arrendatário pode optar por não avaliar se um Benefício Concedido para Arrendatário em Contrato de Arrendamento, decorrente diretamente da pandemia da Covid-19, é uma modificação do contrato de arrendamento, caso atenda as seguintes condições:

- a contraprestação alterada para o arrendamento é substancialmente igual ou inferior à contraprestação para o arrendamento imediatamente anterior à alteração.

- qualquer redução nos pagamentos afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021; e

- não há alteração substancial de outros termos e condições do contrato de arrendamento.

Não houve adoção do expediente prático mencionado acima.

Foi aprovado o documento de revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 15, referente aos Pronunciamentos Técnicos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, via Deliberação CVM 854 de

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

24 de abril de 2020. Trata-se de alterações nas normas citadas, em razão das incertezas originadas pelo projeto de reforma da IBOR que podem impactar as relações de *hedge accounting*. As alterações visam minimizar tais impactos e são efetivas para exercícios iniciados em 01 de Janeiro de 2020. Não foram identificados impactos na BRADESPAR.

Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2019:

CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamentos Mercantil

O CPC 06 (R2), emitido em janeiro de 2016 em substituição às normas CPC 06 (R1) Operações de Arrendamento Mercantil, ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil, estabelece que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). O CPC 06 (R2) é mandatório para os exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2019.

A Bradespar adotou o CPC 06 (R2) em 01 de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada simplificada, a qual não requer a divulgação de informações comparativas.

A nova norma foi adotada para contratos que foram anteriormente identificados como arrendamentos que utilizam o CPC 06 (R1) e o ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. Portanto, a Companhia não aplicou a norma a contratos que não tenham sido previamente identificados como contratos que contenham um arrendamento nos termos do CPC 06 (R1) e do ICPC 03.

Em 01 de janeiro de 2019 foram registrados ativos e passivos no montante de R\$ 4.176.611, os montantes foram trazidos a valor presente por uma taxa de desconto entre 6,59% e 9,97% dependendo o prazo de arrendamento de cada contrato.

Políticas Contábeis

A Bradespar avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Bradespar aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Bradespar reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

No início de um arrendamento, a Bradespar reconhece um passivo de arrendamento e um ativo de direito de uso. As despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e as despesas de depreciação do ativo de direito de uso são reconhecidas separadamente.

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo e subsequentemente deduzido da depreciação acumulada e de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O direito de uso também será corrigido em caso de remensuração do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada de maneira linear pelo prazo dos arrendamentos.

O prazo do arrendamento é definido como o prazo não cancelável do arrendamento, juntamente com (i) períodos cobertos por opção de prorrogar o arrendamento, se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção; e (ii) períodos cobertos por opção de rescindir o arrendamento, se o arrendatário estiver razoavelmente certo de não exercer essa opção. A Organização possui política descritiva para os prazos de arrendamentos de Imóveis, que considera o plano de negócio e premissas da administração, opções de prorrogação e as leis e normas locais.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados da data inicial, descontados pela taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário aplicada a cada contrato de acordo com o prazo do arrendamento.

Os pagamentos dos arrendamentos incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber e pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

A taxa incremental aplicada pela Bradespar leva em consideração a taxa de captação livre de risco ajustada pelo spread de crédito.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Subsequentemente, o passivo de arrendamento é ajustado para refletir os juros incidentes sobre os fluxos de pagamento, remensurado para refletir qualquer reavaliação ou modificações do arrendamento e reduzido para refletir os pagamentos efetuados.

Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira e apropriados de acordo com o prazo dos contratos, considerando a taxa nominal de desconto.

Os contratos e arrendamentos de imóveis com prazo indeterminado não foram considerados no escopo da CPC 06 (R2) pois tratam-se de locações nas quais o contrato pode ser rescindido a qualquer momento sem multa significativa. Dessa maneira, o contrato de aluguel não foi considerado como executável.

Arrendamento de curto prazo e baixo valor

A Bradespar aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

IFRIC 23 - Aplica-se a qualquer situação em que haja incerteza sobre se um tratamento de tributos sobre o lucro é aceitável pela Autoridade Fiscal, de acordo com a legislação tributária. Neste sentido, Autoridade Fiscal é considerada a decisão final dos tribunais superiores sobre a matéria. O escopo da Interpretação inclui todos os impostos abrangidos pela IAS 12, ou seja, tanto o imposto corrente como o imposto diferido. No entanto, não se aplica à incerteza relativa a tributos abrangidos por outras normas. A IFRIC 23 tornou-se operacional para períodos financeiros com início em ou após 1 de janeiro de 2019. Efetuou-se um estudo sobre os efeitos produzidos pela referida norma e concluiu-se que não houve impactos materiais na BRADESPAR.

c) Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não ocorreram ressalvas e ênfases no relatório dos auditores independentes.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

A apresentação das demonstrações contábeis está de acordo com os princípios de reconhecimento e mensuração adotados pelos padrões de contabilidade emitidos pelo CPC e pelo IASB – *International Accounting Standards Board*, os quais requerem que a Administração da Companhia, em alguns casos, faça julgamentos e preparem estimativas e pressupostos que poderão afetar o valor dos ativos e passivos apresentados.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente dos ativos e passivos, em cada período, e nas ações que se planeja realizar, sendo permanentemente revistas com base em novas informações disponíveis. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas. Essas estimativas, mesmo que revisadas, poderão ser diferentes dos resultados reais futuros da Companhia.

As estimativas e pressupostos significativos utilizados pela Administração da Companhia estão apresentados a seguir:

(i) Classificação dos ativos financeiros

A Companhia aplica o CPC 48 – Instrumentos Financeiros (IFRS 9) que define uma abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros, onde a entidade baseia-se tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

O CPC 48 classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA – Patrimônio Líquido); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas, imediatamente, no resultado.

São ativos mantidos pela Companhia com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI. Os instrumentos financeiros derivativos, também, são categorizados como VJR.

Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e os custos de transação são registrados, diretamente, no resultado do período.

Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a outros resultados abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

(ii) Metodologia de apuração do valor de mercado e classificação por nível hierárquico

O valor de mercado dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação dos preços observados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados não ativos ou outros dados, que são observáveis no mercado, incluindo,

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida patrimoniais e taxas de câmbio para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos.

Esses métodos de avaliação podem levar a Companhia a resultados diferentes, caso as suposições e estimativas utilizadas não se confirmarem posteriormente.

Provisões, ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas, e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Deliberação CVM no 594/09, sendo:

Provisões: são reconhecidas quando, como resultado de um evento passado, a Organização tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, que pode ser estimada de modo confiável, e é provável que uma saída de recursos será requerida para liquidar uma obrigação. Provisões são determinadas pela expectativa de fluxos de caixa futuros descontado a uma taxa prefixada a qual reflete a avaliação atual de mercado do valor monetário no tempo e os riscos específicos ao passivo.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito seja provável, são divulgados nas notas explicativas, quando relevantes;

Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo “contingente” é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Os créditos tributários são registrados pelo valor provável de realização e referem-se a créditos de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias, sendo reconhecidos, quando aplicável, no ativo circulante e no não circulante - realizável a longo prazo.

A provisão para o imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, quando aplicável.

A provisão para contribuição social é constituída sobre o lucro tributável, antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv) contratos de construção não terminada; e v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos;

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não houve itens relevantes que não foram evidenciados nas demonstrações contábeis.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

- a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor***
- b) natureza e o propósito da operação***
- c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação***

Não houve itens relevantes que não foram evidenciados nas demonstrações contábeis.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios***a) a) investimentos, incluindo: i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos; ii) fontes de financiamento dos investimentos; iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos***

A BRADESPAR é uma companhia de investimentos, foi constituída em 30 de março de 2000, por meio da cisão parcial do Bradesco.

Em 31 de dezembro de 2021, o investimento era composto pela investida VALE. Sua receita operacional é proveniente na maior parte do resultado da equivalência patrimonial, que inclui juros sobre o capital próprio e/ou dividendos recebidos.

b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não foram divulgadas a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente nossa capacidade produtiva.

c) novos produtos e serviços, indicando: i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não há novos produtos e serviços no plano de negócios da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

A BRADESPAR é uma *Holding* e suas operações são afetadas, principalmente, pelo impacto em investimento no qual tem influência significativa, investimento esse que não teve impactos significativos em suas operações até o momento, decorrentes da pandemia de COVID-19. Contudo, caso a pandemia se prolongue ou aumente a intensidade nas regiões onde a investida opera, podem ocorrer efeitos futuros, os quais poderão impactar negativamente as condições financeiras ou resultados das operações da investida em períodos subsequentes, sem entretanto ser possível atualmente prever os possíveis impactos. A Companhia seguirá observando atentamente os desdobramentos futuros dessa situação.